



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
33.filo @capes.gov.br

Documento de Área

Área 33:

Filosofia

Coordenador da Área: Nythamar Hilario Fernandes de Oliveira Junior
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Márcia Zebina Araújo da Silva
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Evanildo Costeski



Sumário

1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA	2
1.1.	TENDÊNCIAS, APRECIÇÕES, ORIENTAÇÕES	2
1.2.	DIAGNÓSTICO DA ÁREA (INCLUINDO A DISTRIBUIÇÃO DOS PPG POR REGIÃO, NOTA E MODALIDADE)	3
1.3.	A INTERDISCIPLINARIDADE NA ÁREA.	5
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA	6
2.1.	INOVAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E PROPOSTAS	7
2.2	PLANEJAMENTO DOS PPG DA ÁREA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.	8
2.3	ADOÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DOS PPG.	9
2.4	PERSPECTIVAS DE IMPACTO DOS PPG DA ÁREA NA SOCIEDADE.	9
2.5	PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PPG.	10
2.6	PERSPECTIVAS DE REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS REGIONAIS E INTRARREGIONAIS.	12
2.7	VISÃO DA ÁREA SOBRE FUSÃO, DESMEMBRAMENTO E MIGRAÇÃO DE PPG.	13
2.8	VISÃO DA ÁREA SOBRE A MODALIDADE A DISTÂNCIA.	13
2.9	VISÃO DA ÁREA SOBRE A MODALIDADE PROFISSIONAL (ESPECIALMENTE O NÍVEL DE DOUTORADO).	13
2.10	MEDIDAS DE INDUÇÃO DE INTERAÇÃO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA OU OUTROS SETORES DA SOCIEDADE.	14
2.11	VISÃO DA ÁREA SOBRE FORMAS ASSOCIATIVAS.	14
2.12	VISÃO DA ÁREA SOBRE MECANISMOS DE SOLIDARIEDADE (MINTER/DINTER E TURMA FORA DE SEDE)	15



1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

O Documento de Área da Filosofia segue as recomendações da Diretoria de Avaliação (DAV) e do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), tendo também consultado as deliberações e sugestões dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação (PPG) em Filosofia e seus representantes, através de Grupos de Trabalho (GT) criados em reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) com a Coordenação da Área na CAPES, em Brasília, em dezembro de 2018. Nos servimos, neste documento, dos dados disponibilizados na Plataforma Sucupira (CAPES).

1.1. Tendências, apreciações, orientações

A atual realidade da área de Filosofia é tão impressionante quanto promissora, tendo sido observado um crescimento contínuo e acelerado desde o reconhecimento pela CAPES do primeiro programa de mestrado em 1971. Após uma expansão qualificada nas duas últimas décadas, hoje atingimos a marca de 50 programas em 2019, com um protagonismo amadurecido da área na comunidade científica brasileira, confirmando que a excelência acadêmica não exclui as tendências cada vez mais inclusivas da área, notadamente com a abertura de novos cursos em regiões com menor representatividade na área (como a Região Norte) ou com grandes demandas regionais fora dos centros metropolitanos (interior não apenas do Sul e Sudeste, mas também do Nordeste). Observamos em nossa área que as tendências mais conservadoras podem coexistir com as mais liberais e expansionistas, na medida em que a área tem evitado os modismos ou *trends* que apenas refletem o espírito da época de forma superficial e midiática. Neste recente processo de evolução da área, grande parte desse êxito se deve ao envolvimento e à participação cada vez mais inclusiva e representativa da comunidade acadêmico-científica da nossa área de Filosofia, por meio de mais de 60 consultores *ad hoc* e representantes de área, que avaliaram 39 programas como credenciados em 2013 e 45 programas em 2017, antes de atingirmos essa marca mais de cinco vezes maior do que os 9 programas que existiam há quase 50 anos atrás. Todos os PPG em Filosofia são filiados à Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), que tem realizado encontros nacionais a cada dois anos, desde 1984, reunindo pesquisadores, docentes e discentes do Brasil e do exterior, com apresentações de conferências, mesas-redondas, minicursos e comunicações, incluindo os *papers* seminiais e resultados de pesquisas dos mais de 60 Grupos de Pesquisa (GT) e seminários temáticos (ST). Além dos encontros nacionais da ANPOF e das atividades dos GT – incluindo *workshops*, colóquios, simpósios e eventos nacionais e internacionais—, várias sociedades científicas na Área de Filosofia (tais como a Sociedade Kant Brasileira, a Sociedade Hegel Brasileira, a Sociedade Brasileira de Lógica, a Sociedade Brasileira de Fenomenologia, a Sociedade Brasileira de Filosofia Analítica, a Associação Brasileira de Filosofia da Religião e a Sociedade Brasileira de Filosofia Medieval) também promovem regularmente atividades de pesquisa e extensão. A consolidação da área se verifica sobretudo pelo aumento qualitativo e quantitativo da produção docente e discente, bem como a quantidade e a qualidade das dissertações e teses, não só nos programas de excelência, mas no conjunto da área. Destarte, podemos resumir as perspectivas no futuro próximo em função do grande desafio atual



de buscarmos um desenvolvimento sustentável, representativo e descentralizado, refletindo o aumento da demanda por vagas na área –observando que alguns programas registraram um expressivo aumento da relação candidato/vaga em seus processos seletivos. Destacamos as seguintes perspectivas que são, ao mesmo tempo, demandas da área: redução das assimetrias regionais, internacionalização, interdisciplinaridade, articulação e integração entre pós-graduação, graduação e ensino fundamental e médio, e avaliação interativa e continuada.

Assim, a excelência acadêmica tem norteado os processos avaliativos da área, seguindo as tendências de internacionalização, interdisciplinaridade, impacto social, inovação e integração entre as diversas modalidades e níveis de aprofundamento teórico, de forma a fomentar uma crescente representatividade regional e institucional, de gênero e de etnia, nas mais diversas subáreas e fronteiras de interlocução da filosofia com as ciências, artes e cultura contemporânea. Com esse intento de consolidar a qualidade já alcançada nas últimas décadas pela grande maioria de nossos programas, buscamos partir dos dados já obtidos pelos relatórios da avaliação do último quadriênio e primar pelo processo de qualificação da nossa produção em artigos, livros, dissertações/teses defendidas e parcerias de pesquisa internacionais e interdisciplinares consolidadas, sempre discutindo com a nossa comunidade e com os coordenadores de PPG os critérios e parâmetros das avaliações da área, notadamente do Qualis Periódicos, do Qualis Livros e da nova Ficha de Avaliação (cf. 3.1 e 3.2).

1.2. Diagnóstico da área (incluindo a distribuição dos PPG por região, nota e modalidade)

Os processos avaliativos dos APCN Filosofia 2017-18 lograram recomendar 13 cursos novos (sendo 6 de Mestrado e 7 de Doutorado) até 23/03/2019, dentro de um total de 18 propostas submetidas. A distribuição atual pode ser assim visualizada:

Total de PPG em funcionamento da área: 50

PPG acadêmicos em funcionamento: 48

15 PPG (ME) nota 3

15 PPG nota 4 (ME/DO)

2 PPG (ME) nota 4

11 PPG nota 5 (ME/DO)

4 PPG nota 6 (ME/DO)

1 PPG nota 7 (ME/DO)

1 PROFILO (16 Instituições associadas)

Mestrados profissionais em funcionamento: 2

2 PPG nota 3 (MP)

Tabela 1: Distribuição de PPG em Filosofia por Região

POR REGIÃO	ESTADOS + DF	COM PROGRA MA	SEM PROGRA MA	No. PPG	NOTA	NOTA	NOTA	NOTA	NOTA
					3	4	5	6	7
CO	4	3	1	4	1	3	0	0	0
NE	9	8	1	9	4	4	1	0	0
N	7	2	5	2	2	0	0	0	0
SE	4	4	0	20	6	6	5	2	1
S	3	3	0	13	2	4	5	2	0

Tabela 2: Notas de Mestrado/Doutorado por IES

IES	Modalidade	Nota
FAJE	Mestrado	3
FUFPI	Mestrado	4
FUFSE	Mestrado/Doutorado	4
PUC/PR	Mestrado/Doutorado	5
PUC/RS	Mestrado/Doutorado	6
PUC/SP	Mestrado/Doutorado	5
PUC-RIO	Mestrado/Doutorado	5
UCS	Mestrado/Doutorado	4
UEL	Mestrado/Doutorado	4
UEM	Mestrado	3
UERJ	Mestrado/Doutorado	5
UFAL	Mestrado	3
UFABC	Mestrado	3
UFBA	Mestrado/Doutorado	5
UFC	Mestrado/Doutorado	4
UFES	Mestrado/Doutorado	4
UFF	Mestrado/Doutorado	4
UFFS	Mestrado	3
UFG	Mestrado/Doutorado	4
UFJF	Mestrado	3
UFLA	Mestrado	3

UFMG	Mestrado/Doutorado	6
UFMT	Mestrado	3
UFOP	Mestrado	4
UFPA	Mestrado	3
UFPB/J.P.	Mestrado	3
UFPE	Mestrado	3
UFPEL	Mestrado/Doutorado	4
UFPR	Mestrado/Doutorado	5
UFRGS	Mestrado/Doutorado	5
UFRJ	Mestrado/Doutorado	5
UFRJ-LM	Mestrado/Doutorado	5
UFRN	Mestrado/Doutorado	4
UFRRJ	Mestrado	3
UFSC	Mestrado/Doutorado	6
UFSCAR	Mestrado/Doutorado	5
UFSJ	Mestrado	3
UFSM	Mestrado/Doutorado	5
UFU	Mestrado/Doutorado	4
UNB	Mestrado/Doutorado	4
UNB-M	Mestrado/Doutorado	4
UNESP/MAR	Mestrado	4
UNICAMP	Mestrado/Doutorado	6
UNIFESP	Mestrado/Doutorado	4
UNIOESTE	Mestrado/Doutorado	4
UNIR	Mestrado	3
UNISINOS	Mestrado/Doutorado	5
USP	Mestrado/Doutorado	7
UVA-CE	Mestrado	3
PROF-FILO	Mestrado Profissional	3
CEFET/RJ	Mestrado Profissional	3

1.3. A interdisciplinaridade na área.

A interdisciplinaridade atende a uma vocação característica da Filosofia e, por isso, é objeto da política da área. Essa vocação pode ser atestada pelas fronteiras que especialidades da filosofia compartilham com diversas áreas. É o caso da Ética e Política com o Direito e a História; da Epistemologia e da Filosofia da Natureza com áreas como a Física, as Ciências da Vida e as Ciências Humanas; da Lógica com a Matemática; da História da Filosofia com a História, a Antropologia e a Teologia; da Metafísica com a Teologia e a Física; da Filosofia da Mente com a Computação e as Neurociências, entre outras.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
33.filo@CAPES.gov.br

Algumas das principais contribuições da Filosofia em pesquisas interdisciplinares dizem respeito a objetos de investigação de que tratam diferentes campos do saber. Em especial, a Filosofia contribui na busca por um vocabulário comum às diversas áreas, na delimitação e formulação mais precisa de problemas e questões e, por fim, na reflexão sobre possíveis consequências éticas e políticas de tais pesquisas, como exemplificam a Bioética, os Direitos Humanos e as "novas tecnologias" contemporâneas.

Além de efetivar-se através de pesquisas e acordos interinstitucionais, a vocação interdisciplinar da Filosofia é aferível pela avaliação do Qualis periódicos (a relação de contribuições em revistas de outras áreas é significativa), pela participação de docentes permanentes de Programas da Filosofia em Programas de áreas afins e, sobretudo, pela participação de docentes dos Programas em projetos e/ou institutos de pesquisa trans-, inter- e multidisciplinares.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

A comunidade filosófica brasileira é ativa e bastante numerosa. No entanto, ela também é heterogênea, assimétrica e desigual, especialmente no que tange a sua distribuição regional, à composição dos quadros docente e discente, ao efetivo acesso a bens culturais e a financiamentos de agências de fomento. O grande desafio atual seria, portanto, buscar um desenvolvimento equânime, representativo e descentralizado para a nossa área. Neste sentido, a área tem fomentado uma gestão representativa para a avaliação, começando pela constituição das várias equipes de avaliadores *ad hoc* e de uma sistemática mais dinâmica e descentralizada (alternando, por exemplo, como tem sido feito, os membros das comissões de avaliação e os pareceristas para as diversas etapas dos processos avaliativos, incluindo os Grupos de Trabalho do Qualis Periódicos, Qualis Livros, Programas Profissionais, Documento de Área e Nova Ficha de Avaliação). De resto, a explicitação do que vem a ser, afinal, o caráter qualitativo da avaliação em nossa área –sem detrimento da avaliação quantitativa— e o aprimoramento do formato atual da avaliação quadrienal, já tem contribuído para torná-lo um modelo mais descentralizado e diferenciado de avaliação, de forma a também contemplar os desafios da interdisciplinaridade, da internacionalização e da inovação em nossa área, destacando o surgimento em nosso país de pesquisadores voltados a campos de investigação filosófica não-tradicionais. Tanto a interdisciplinaridade quanto a internacionalização devem ser fomentadas ainda em foro doméstico e preferencialmente já no início da formação acadêmica, quando discentes se iniciam na pesquisa científica e desenvolvem suas primeiras interlocuções críticas com seus pares, levando a sério o aprendizado de línguas estrangeiras como o inglês, o alemão e/ou o francês, e o diálogo, o reconhecimento e o entendimento mútuo a serem buscados e cultivados em nossa comunidade filosófica. A integração entre programas de graduação e PPG, assim como com os programas profissionais e o ensino de Filosofia na educação básica, tem sido fomentada através de iniciativas indutoras como as bolsas de iniciação científica (IC) e de iniciação científica júnior (ICJr), do CNPq, além do PET e PIBID.



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
33.filo@CAPES.gov.br

Creemos que esse momento de maturidade em nossa comunidade filosófica coincide com um momento importante em nosso processo de aprendizado, particularmente cristalizado na democratização da avaliação, tanto quantitativa quanto qualitativa. Esta tem sido, de resto, a verdadeira transparência que todos buscamos de forma representativa, diversificada e complexa. Neste sentido, cremos que a avaliação quantitativa da produção de docentes ou discentes vem também ao encontro de nosso zelo pela especificidade da pesquisa filosófica de qualidade em suas diversas expressões e metodologias. Afinal, toda avaliação de produtividade acadêmica, por mais qualitativa que seja, será quantificável se mantiver o intento programático de procurar identificar pontos fortes e pontos fracos do desempenho docente e discente a serem melhorados, corrigidos ou preservados. Com efeito, foi somente graças à implementação de tais mecanismos de avaliação quantitativa que muitos programas menores ou de menor expressão no cenário nacional puderam ser finalmente reconhecidos, entre outras coisas, pela qualidade de suas publicações, a partir do momento em que começaram a ser avaliadas de forma quantitativa pelo sistema Qualis. O reconhecimento e a confiabilidade ancorados na qualidade acabam por ser avalizados pela análise quantitativa dos pares.

Trata-se agora de aperfeiçoar os critérios, parâmetros e itens que já estão sendo avaliados, de forma cada vez mais deliberativa, transparente, imparcial e democrática. Isso não nos impede de asserir que embora a métrica quantitativa seja importante para uma adequada avaliação qualitativa, ela deveria ser utilizada pela área, de modo a propiciar o aperfeiçoamento da formação discente e da produção científica dos programas.

2.1. Inovações, transformações e propostas

Uma das inovações propostas nesta quadrienal tem sido, além da integração com a avaliação dos Mestrados Profissionais, o aprimoramento da avaliação qualitativa de livros e da produção discente em teses e dissertações, a avaliação de eventos regionais, nacionais e internacionais, assim como o aperfeiçoamento dos parâmetros objetivos sobre a inserção nacional e internacional dos nossos PPG. Ademais, a integração dos cursos de graduação com os programas de pós-graduação em Filosofia tem sido visivelmente favorecida pelos programas de Iniciação Científica, PET, PIBID e iniciativas afins. A participação de alunos de graduação e de pós-graduação em atividades realizadas regularmente por grupos de pesquisa merece ser incentivada por propiciar um considerável amadurecimento reflexivo. Ora, a iniciativa da nossa comunidade filosófica de investir e expandir os modelos de programas de Mestrado Profissional em Filosofia, visando uma maior integração do Ensino Médio com o ensino superior e os PPG, merece um destaque especial, como tem sido cristalizado pelo programa em rede nacional PROF-FILO, todos apoiados pela CAPES. Um dos grandes desafios para este quadriênio tem sido justamente consolidar e ampliar esse programa. Lembramos aqui que, tendo sido recentemente instituído o Doutorado Profissional, essa modalidade trará, decerto, mais desafios para a área. A participação de alunos de graduação e de pós-graduação em atividades realizadas regularmente por grupos de pesquisa merece ser incentivada por propiciar um considerável amadurecimento reflexivo.



Merece especial destaque o documento elaborado pelo GT Filosofia e Gênero da ANPOF intitulado *Diretrizes para prevenir e combater o assédio moral e sexual nos programas de Pós-Graduação em Filosofia das universidades brasileiras*, aprovado em reunião de acompanhamento da área na CAPES, em Brasília, em novembro de 2018. Nesse documento pioneiro são tratados problemas éticos decorrentes de interações abusivas na comunidade acadêmica e suas eventuais implicações legais. Recomenda-se, inclusive, que o documento seja amplamente divulgado pelos PPG, dado seu potencial informativo e preventivo de condutas que a comunidade filosófica não pode mais tolerar. O documento foi endossado por todos os PPG em Filosofia, que assumem, destarte, o compromisso de publicizá-lo em seus programas, entre docentes e discentes, fomentando "ambientes educacionais e de trabalho livres de discriminação sexual e assédio (seja ele moral ou sexual), bem como de retaliações decorrentes de recusa às demandas consideradas indesejadas e impróprias por parte de colegas de trabalho ou professores, servidores ou técnicos administrativos".

Para o Qualis Periódicos, a área acata critérios universalizáveis e elementos que contemplam o fator de impacto, sem, no entanto, serem redutíveis aos mesmos, dada a rarefeita e baixa citabilidade dentro da área, que deve ser incentivada, visando também ao incremento do impacto social e da inserção internacional. A área adota, de forma inovadora, critérios objetivos para a classificação de cada estrato, e, subsidiariamente, leva em conta um índice bibliométrico para classificação principalmente dos periódicos candidatos aos estratos superiores do Qualis, ao lado de outros fatores que igualmente exprimem as boas práticas editoriais, como por exemplo, a quantidade e qualidade dos indexadores ou bases de dados. A Classificação de Livros continua contando com a formação de pequenos comitês especializados em sub-áreas (por exemplo, Lógica, Epistemologia, Metafísica, Ética & Filosofia Política, Estética, Filosofia Antiga e Medieval) para a avaliação de livros e a adoção de uma métrica que explicita melhor em que consiste o caráter qualitativo da avaliação em nossa área –sem detrimento da avaliação quantitativa— e o aprimoramento do formato atual da avaliação quadrienal, tornando-a mais flexível, descentralizada e diferenciada.

2.2 Planejamento dos PPG da área no contexto das instituições de ensino superior.

Atentos às mudanças na ficha de avaliação e na plataforma Sucupira, foi ressaltada a necessidade de os programas apresentarem um planejamento de suas ações futuras em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional das respectivas universidades, de forma a implementar, na Proposta do Programa, uma cultura de autoavaliação. Avalia-se, destarte, de forma qualitativa a existência de um planejamento em médio prazo dos programas visando o seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios nacionais e internacionais da área, as melhorias na infraestrutura, os seus propósitos para a melhor formação de seus discentes e as suas diretrizes. Em última análise, considera-se a articulação do planejamento estratégico do programa com o da instituição.

O corpo docente deve ser qualificado, revelar independência científica e experiência em orientação (inclusive a nível de iniciação científica). O corpo docente deve ser adequado e coerente



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
33.filo@CAPES.gov.br

à Proposta do Programa bem como às suas áreas de concentração, linhas e grupos de pesquisa, evitando-se a dependência de membros externos para o desenvolvimento das linhas de pesquisa. O número mínimo de docentes permanentes deve ser igual ou superior a oito para o mestrado e de dez para o doutorado.

A proposta de revisão das atribuições de notas no processo de avaliação se estruturará a partir da revisão da ficha de avaliação a ser discutida no Seminário de Acompanhamento (agosto-setembro de 2019) na CAPES.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPG.

Embora já tenhamos introduzido mecanismos de amostragem para definição da classificação dos periódicos e das produções mais relevantes do quadriênio, a área entende que a dimensão e objetivo formativo e de aprendizagem da autoavaliação enquanto processo de se avaliar a si próprio deve possibilitar uma reflexão sobre o contexto e as políticas adotadas por cada programa, além da sistematização dos dados que levam à tomada de decisão em seu planejamento estratégico. Com efeito, a inclusão do item de autoavaliação na ficha de avaliação da CAPES visa promover um processo de avaliação mais amplo cujo foco seja tanto a produção de conhecimento quanto a formação discente de cada PPG. Entendida como complementar da avaliação externa, a autoavaliação deve ser planejada pelos programas atendendo aos diferentes quesitos e itens da nova ficha de avaliação. A função da autoavaliação é fornecer elementos para o planejamento estratégico do PPG contribuindo na identificação de pontos fortes e fracos que permitam definir ações relativas a metas/resultados a serem alcançados, visando a melhoria da qualidade do programa. A área segue a política de avaliação da autoavaliação de PPG por parte da CAPES, focalizando a sistemática, os procedimentos e os instrumentos do processo autoavaliativo e a sua adequação para subsidiar o planejamento estratégico do programa e da instituição.

2.4 Perspectivas de impacto dos PPG da área na sociedade.

Porque trata-se de uma carreira acadêmica, os impactos sociais da área em geral coincidem com os seus produtos em seu papel de questionar e analisar a realidade. Sobre esse impacto projeta-se tanto um crescimento qualitativo, com mais inovação e originalidade das pesquisas, quanto uma expansão na sua abrangência, vista como uma crescente internacionalização da área. Há também uma contribuição propriamente educacional realizada pelos egressos dos PPG, que se tornam agentes da produção do conhecimento filosófico. Essa vertente deve sofrer redução com o fim da obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio, o que pode afetar também a demanda por cursos de pós-graduação.

Um outro modo de ver o impacto dos PPG é segundo a sua própria operação. A pós-graduação, ao capacitar para o trabalho, reduz desigualdades sócioeconômicas tanto dos egressos



quanto geograficamente entre diversas regiões. Nesse sentido, impactos sociais dos PPG poderão ser em breve vistos como resultados da implementação de sistemas de cotas sociais e raciais, além de políticas de promoção de igualdade de gênero.

2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPG.

A internacionalização se apresenta como o quarto objetivo institucional em nossos PPG, enfatizando as ligações dos programas com o mundo globalizado, para além de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Alguns programas e projetos se inserem mais do que outros nessa tendência de internacionalização da pesquisa científica como forma não só de melhor compreender tópicos tradicionais da Filosofia e problemas da sociedade contemporânea, mas também como uma melhor e mais aprofundada abordagem e proposta de solução de problemas comuns à humanidade de uma maneira geral, tais como os direitos humanos, a sustentabilidade do planeta e os desafios ético-morais das novas tecnologias.

Além das citadas parcerias e dos tradicionais intercâmbios envolvendo estudantes e pesquisadores de programas de vários países, os PPG em Filosofia têm se motivado de forma consciente dessa função social em níveis globais, criando condições para proporcionar tal mobilização e migração em nível internacional às suas comunidades acadêmicas, tanto para enviar seus pós-graduandos (notadamente doutorandos, que sempre fazem um estágio sanduíche de pelo menos seis meses no exterior) quanto para receber pós-graduandos e pós-doutorandos de programas homólogos de outros países. Tem havido, portanto, um verdadeiro esforço de capacitação do corpo docente dos PPG para atuar nesse cenário, qualificando seus métodos didáticos e de gestão para associarem-se a esse processo de internacionalização.

Já faziam parte de nossas estratégias de internacionalização a avaliação quantitativa do número (proporcional ao programa) de alunos enviados ao exterior para sanduíche e missões de curta duração, o recebimento de alunos de instituições reconhecidas do exterior para estágios e sanduíches e os programas de cooperação internacional. Neste sentido, programas avaliados com as notas 6 e 7 devem servir como polos de formação de doutores para a atração de pós-doutores não apenas do país, mas também do exterior. Na última avaliação quadrienal, houve incentivo para que fossem indicados os nomes de alunos, instituições e orientadores envolvidos, quando do envio ao exterior para sanduíche ou missão de curta duração, assim como as publicações qualificadas em colaboração com pesquisadores do exterior, além da indicação dos pesquisadores visitantes do exterior no programa durante o quadriênio.

Ademais, a internacionalização, em nossa área, não exclui parcerias com a América Latina, o chamado Sul Global ou ainda com línguas que não sejam o inglês (lembrando que a área mantém, além do inglês, o alemão e o francês como línguas tradicionais de sociedades científicas, assim como o grego clássico e o latim como línguas de pesquisa internacional para a Filosofia Antiga e Medieval), agregando a importância do impacto nacional e regional de nossos produtos ao cenário



mundial. Quanto à internacionalização dos PPG, para a área de filosofia, há diferentes modos de interagir no âmbito internacional, com diferentes graus de protagonismo, sendo o ideal a busca por formas de interlocução relevante, como já foi destacado, através da consolidação de parcerias e acordos de cooperação internacional com reciprocidade, assiduidade e produtividade. Vários dos nossos programas oferecem ou já ofereceram disciplinas de pós-graduação em inglês, alemão ou francês.

A internacionalização é recomendada para todos os Programas de Pós-Graduação, mas tem sido adotado o critério de aferição das notas 6 e 7 aos programas com histórico de projetos e de ações que revelem laços simétricos de pesquisa e produção de resultados com instituições de prestígio científico. São consideradas atividades de internacionalização aquelas onde PPG e Grupos de Pesquisa brasileiros e internacionais estabelecem efetivas parcerias de reciprocidade em termos quantitativos e qualitativos. Assim, um programa pode exibir níveis de excelência equivalentes a instituições de reconhecido prestígio internacional e, a despeito disso, ser pouco internacionalizado, visto que a internacionalização (institucional) não se reduz à inserção internacional (publicações individuais). Por isso, a fim de atestar o grau de internacionalização de um programa, não basta atestar a excelência internacional de sua produção intelectual; é preciso que esta produção possua inserção, visibilidade e destaque internacionais. Esses quesitos podem ser atendidos pela realização de atividades de intercâmbio e de avaliação com membros de instituições estrangeiras, incluindo coautoria e cotutela; com produção intelectual em publicações internacionais de referência na área; através de financiamento de projetos por agências internacionais e através da existência regular de projetos e convênios de cooperação.

Em consonância com as diretrizes da CAPES, a área de Filosofia estimula a formação de redes de pesquisa e pós-graduação internacionais. Padrões de internacionalização podem ser aferidos com base nas práticas de internacionalização vigentes nos programas da Filosofia, através da existência de convênios ou forma de cooperação regulares com instituições estrangeiras, de qualidade científica reconhecida pela comunidade, – de diferentes países e línguas – que promovam atividades acadêmicas e científicas entre membros do corpo docente e discente das instituições envolvidas. Podemos distinguir três níveis do processo de internacionalização de um PPG, interligados e interdependentes, que se desdobram em distintas atividades, a saber: 2.5.1. Âmbito institucional, ou seja, entre Universidades brasileiras e estrangeiras; 2.5.2. Âmbito grupal e/ou individual, isto é, entre grupos de pesquisa e/ou pesquisadores brasileiros e estrangeiros; 2.5.3. Âmbito discente.

2.5.1. O grau e processo de internacionalização de PPG se configura nas parcerias com outros PPG internacionais, de reconhecido padrão científico, expressos especialmente nas seguintes práticas:

- . Doutorado em cotutela e dupla titulação com programas de PPG de referência no exterior;
- . Programa ERASMUS Mundi;
- . MINTER E DINTER internacionais;
- . Participação no programa de cooperação Capes/PRINT;
- . Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (COFECUB);

- . Programas CAPES-Probral, CAPES-Fulbright, CAPES-British Council;
- . Programas de acolhimento de estudantes estrangeiros;
- . Oferta regular de aulas em línguas estrangeiras e, preferencialmente, o inglês, nos PPG;
- . Presença de professores estrangeiros para ministrar cursos palestras, aulas, workshops, minicursos, creditados no PPG;
- . Composição de bancas com membros internacionais;
- . Editais para admissão de professores e bolsistas PNPD com chamada internacional;
- . Gerenciamento de revistas com chamadas internacionais e publicação de artigos de qualidade em línguas estrangeiras.

2.5.2. O Processo de internacionalização de um PPG acontece também mediante atividades realizadas por Grupos de Pesquisa e, mais especificamente, entre professores pesquisadores nacionais e internacionais especialmente em atividades como:

- . Participação nas lideranças de comitês e de sociedades científicas internacionais;
- . Presença, participação, apresentação de trabalhos de professores brasileiros em eventos internacionais bem como atividades de professores estrangeiros em eventos no Brasil;
- . Ministrar cursos, aulas, palestras a convite de universidades estrangeiras;
- . Publicação de artigos, livros, capítulos de livros, organização de livros e resumos em veículos de reconhecida importância científica internacional;
- . Participação em bancas internacionais como membro convidado;
- . Atuação como *Visiting Scholar* em centros de excelência de universidades estrangeiras.

2.5.3. O processo de internacionalização dos discentes se efetiva de diferentes maneiras:

- . Realização de estágios PDSE em instituições de reconhecido prestígio científico internacional;
- . Presença, participação e apresentação de trabalhos em eventos internacionais ocorridos no exterior e no Brasil;
- . Publicação da produção de resultados (individuais ou com orientador) em periódicos internacionais.

2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.

O processo de expansão nacional do ensino superior através da criação de novas IES encontra-se em fase de estabilização, não tendo havido ainda, salvo exceções, um crescimento proporcional equivalente de programas de pós-graduação em Filosofia no interior das regiões com menor representatividade na área. Dados de distribuição demográfica e de desenvolvimento econômico e social relativos ao impacto das novas IES são necessários com vistas a identificar demandas específicas de cada região no concernente à implantação de programas pós-graduação. No que diz respeito a assimetrias regionais, continuam observando-se: 1) alta concentração na distribuição de PPG no Sudeste e Sul do país; 2) concentração dos programas melhor qualificados no Sudeste e Sul. Ações como a implementação de programas em rede regional e intensificação de processos de solidariedade e nucleação de programas consolidados da mesma região ou de outras regiões poderão contribuir para a redução das assimetrias regionais e intrarregionais.



2.7 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPG.

Em consonância com a legislação vigente, a área acata as diretrizes da Diretoria de Avaliação (DAV) no sentido de buscar um planejamento dos PPG para que programas com as mesmas características possam se unir e se fortalecer com a qualidade. A área repudia a fragmentação de programas e ressalta que, em caso de desmembramento, o programa original deve ser mantido e os novos programas terão que passar pela Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), seguindo o calendário da Diretoria de Avaliação e a legislação em vigor.

2.8 Visão da área sobre a modalidade a distância.

Não temos ainda nenhuma experiência com programas de pós-graduação a distância em nossa área. No que diz respeito a propostas APCN, a área recomenda que, além de atentar para as orientações gerais da área no documento APCN e em consonância com a legislação vigente, o referido programa seja credenciado para a oferta de educação a distância em IES com Índice Geral de Cursos (IGC) igual ou superior a 4 (quatro) e que o curso novo proposto já tenha se beneficiado da experiência anterior de inserção em programa de pós-graduação *stricto sensu* com, pelo menos, um programa de Mestrado acadêmico ou profissional consolidado na área (com nota igual ou maior do que 4) ou que esteja vinculado ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituído pelo Decreto N° 5.800, em 08 de junho de 2006.

Ademais, as atividades presenciais previstas no projeto dos programas a distância deverão ser realizadas na sede da (s) instituição (ões), em ambiente profissional ou em polos de educação a distância. A instituição proponente deverá garantir as condições de infraestrutura física, laboratórios de informática, qualidade de acesso à internet e acervo bibliográfico em todos os espaços onde haja atividades previstas – sede, polos de educação a distância e ambientes profissionais.

2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional (especialmente o nível de doutorado).

Entende-se que a consolidação dos mestrados profissionais voltados para a pesquisa, a produção e a formação no âmbito do ensino de Filosofia (em seus diferentes níveis, espaços e instâncias), assim como o amadurecimento de propostas de doutorado profissional na área, compreendem ações de suma importância para a referida inserção e incidência da Filosofia na Educação Básica. Contudo, outras iniciativas de divulgação da Filosofia e formas de institucionalização de seu ensino também são valorizadas pela coordenação de área, uma vez que a Filosofia é eminentemente formativa e a aproximação entre a pós-graduação e os demais níveis de ensino é condição para o fortalecimento da Filosofia enquanto área de conhecimento.



2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.

A presença da Filosofia como componente curricular no Ensino Médio assegura o pleno atendimento do objetivo de formação de futuros cidadão e cidadãs capazes de refletir sobre suas práticas, suas opiniões, seus valores – mais emancipados, assim, de prejuízos e dogmas irrefletidos, tão habituais no mundo contemporâneo. A familiarização dos educandos com as questões clássicas da filosofia oferece significativas contribuições para que estes possam avaliar criticamente e ressignificar sua atuação no mundo, justificando argumentativamente seus pontos de vista e posicionando-se de forma qualificada e autônoma frente aos desafios cotidianos, dentre os quais se inclui a lida com a alteridade e a diversidade.

A Reforma do Ensino Médio operada inicialmente pela Medida Provisória 746/16 e efetivada pela Lei 13.415/17 fez, contudo, com que a presença da Filosofia enquanto componente curricular no Ensino Médio perdesse a garantia legal conquistada com a Lei 11.684/08. Não obstante, uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sugere modelos alternativos de formação – como laboratórios, oficinas, clubes, observatórios, incubadoras, núcleos de estudos e núcleos de criação artística –, permanece aberta aos professores de Filosofia, e mesmo especialmente necessária, a possibilidade de repensar as formas de inserção da Filosofia e do filosofar nas escolas.

Tal cenário torna ainda mais importante o reconhecimento e a valorização, por parte da comunidade filosófica, do Ensino de Filosofia como problema filosófico de pesquisa. Recomenda-se no âmbito das ações desenvolvidas pelos PPG da área de Filosofia: a) a diversificação da produção voltada a estudantes e professores da Educação Básica; b) a formação de pessoal para acompanhamento, avaliação e análise crítica dos arranjos curriculares adotados pelas instituições de ensino, no que diz respeito à prática filosófica e aos conhecimentos oriundos da tradição filosófica; c) as ações de extensão e cursos de curta e média duração visando à formação inicial ou continuada de docentes; d) a elaboração de produtos didático-educacionais; e) a produção em mídias e periódicos não acadêmicos (voltados para a difusão do saber filosófico para o público em geral); e f) a abertura às pesquisas e às publicações acadêmicas sobre o ensino e a aprendizagem de/em Filosofia.

2.11 Visão da área sobre formas associativas.

A área entende que formas associativas se apresentam como alternativa para as instituições desenvolverem a pós-graduação, de forma a contornar problemas estruturais, com o compartilhamento de instalações e de corpo docente, e se mantém aberta a reconsiderar eventuais experimentos dessa modalidade.



2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

A área da Filosofia recomenda e incentiva a prática de solidariedade (apoio a outros programas e áreas afins) por parte de programas consolidados com outros em estágio de criação ou em fase de consolidação mediante convênios de Minter, Dinter e Turma fora de Sede (inclui-se aqui também convênios na modalidade PROCAD). Recomenda-se que essas propostas contemplem os seguintes tópicos: 2.12.1. Justificativas; 2.12.2. Relevância; 2.12.3. Impactos regionais; 2.12.4. Objetivos e metas definidas.

2.12.1. Quanto às justificativas: Do ponto de vista da distribuição Regional dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia, há um claro desequilíbrio na distribuição regional da Pós-Graduação no País conforme o quadro representativo: 30% estão no Sul; 17% no Nordeste; 3% no Norte; e 43% no Sudeste dos cursos autorizados conforme Relatório de Avaliação 2013-2016, Quadriênio 2017, da CAPES. A instituição promotora, com alto nível de excelência reconhecido pela Área legítima o suporte a outras IES na formação qualificada de docentes e suas respectivas pesquisas. Necessidade e interesse, por parte da instituição receptora, em se estruturar e consolidar como centro de educação superior rumo à redução das assimetrias inter- e intrarregionais.

2.12.2. Relevância: Efetiva contribuição na formação qualificada de mestres e doutores na área de Filosofia, realizada por um Programa de Pós-Graduação em Filosofia reconhecido por sua excelência acadêmica, para atuarem em todos os níveis de ensino. Viabilização do desenvolvimento de pesquisas voltadas para questões próprias da Região facultado pela convivência entre profissionais de diferentes regiões do país e a inserção dos mestrandos e doutorandos em grupos de pesquisas já consolidados.

2.12.3. Impactos regionais: A realização de Minter, Dinter, Turma fora de sede impactará da seguinte forma: a. aumento do número de mestres e doutores em Filosofia na região; b. a inserção de novos mestres e doutores no universo da pesquisa e da ação/intervenção junto à comunidade local promovendo o desenvolvimento de novas práticas investigativas e de inovação; c. incremento regional em termos de formação filosófica, ética, social mediante a inclusão de novos mestres e doutores em grupos de pesquisa; d. criação e/ou consolidação novos Programas de Pós-Graduação; e. impactos econômicos e sociais. Para o Programa promotor, a implementação do Minter, Dinter, Turma fora da Sede contribuirá para o desenvolvimento e consolidação de suas Linhas de Pesquisa.

2.12.4. Objetivos e Metas: Conforme legislação específica em vigor, Minter, Dinter e Turma fora da sede visam contribuir para o desenvolvimento regional e redução das assimetrias intra- e inter-regionais mediante a “formação específica de recursos humanos altamente qualificados para atuação na docência, na pesquisa, e no mercado de trabalho em instituições públicas ou privadas” e “turma fora da sede refere-se às turmas de mestrado ou de doutorados profissionais, as quais devem ser conduzidas por programa de pós-graduação stricto sensu profissional, no âmbito de instituição distinta da qual a qual o programa promotor pertence”. Pautam suas ações pelos seguintes objetivos: “viabilizar a formação de mestres e doutores fora dos



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
33.filo@CAPES.gov.br

centros consolidados de ensino e pesquisa para atuação na docência e/ou pesquisa; subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*; auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa e promover a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa” e “turma fora da sede: ‘qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho; atender demandas sociais, profissionais e técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privadas, contribuir para o aumento da produtividade e competitividade das organizações brasileiras e promover a cooperação entre instituições acadêmicas e não acadêmicas’”. Objetivos gerais que se desdobram em específicos como a formação qualificada pós-graduada de recursos humanos da Instituição Receptora na área de Filosofia para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural, científico-tecnológico com ênfase na formação docente para apoio ou nucleação de futuros novos programas de pós-graduação *stricto sensu* atendendo à carência e à demanda das regiões. Almeja-se igualmente viabilizar a criação, organização e a qualificação de Núcleos de Pesquisas na área do Filosofia; capacitar egressos para a docência e para a pesquisa; qualificar pesquisadores para atuar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na região.

Atualmente temos a seguinte situação:

PPG com Minter/Dinter em andamento:

5 Dinter (3 de 2016)

1 Minter (1 de 2015)

1 Minter Internacional (1 de 2016)